

➤ **REGULAMENTOS**

**11. REGULAMENTO DA ESTRUTURA MUNICIPAL DE VOLUNTARIADO:**

Da DMG-DSJC, submetendo à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, o projeto do regulamento mencionado em epígrafe, que se anexa.

**1. PROPOSTA SUBMISSÃO ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS**

<p>Despacho da Chefe da Divisão dos Serviços Jurídicos e Contencioso – DSJC,</p> <p>____/____/____</p>	<p>Despacho do Sr. Diretor Municipal de Gestão,</p> <p>____/____/____</p>
<p>Despacho da Sra. Vereadora com a área de responsabilidade da Juventude, Saúde e Bem-estar, Associativismo, Cidadania e Participação, com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021</p> <p>11/10/2022</p>	<p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal</p> <p>22/10/22</p>

**Data:** 10/04/2022

**Assunto:** Aprovação do Regulamento da Estrutura Municipal De Voluntariado, na sequência da consulta pública realizada, para efeitos de submissão à Assembleia Municipal de Braga

**Considerando que:**

- A. Em 07.09.2020, o Executivo Municipal deliberou aprovar a proposta de início de procedimento regulamentar, para criação regulamento do "Banco Local de Voluntariado" - que agora se denomina como "Estrutura Municipal de Voluntariado";
- B. A publicidade ao referido supra, ocorreu pelo AV/9/2020, a 24.09.2020, onde se fixava o prazo de 10 dias úteis para a formulação de contributos ou sugestões que pudessem ser considerados no âmbito do regulamento em curso;

- C. No prazo estipulado para o efeito, não se constituíram interessados.
- D. A 24.01.2022 foi deliberado aprovar, pelo Executivo Municipal, a abertura do período de consulta pública;
- E. O Projeto de Regulamento, em obediência às normas legais aplicáveis, foi publicado no site do Município, através do Aviso 2/2022, e em Diário da República, a 22.02.2022, pelo Aviso n.º 3716/2022.
- F. No mesmo período o projeto foi igualmente submetido a pronúncia das “associações representativas dos interesses envolvidos” na matéria em causa;
- G. Nessa sequência, foram rececionados os contributos, constantes do relatório em anexo, tendo, após a respetiva análise, aqueles que se entenderam pertinentes, sido vertidos na redação ora proposta a aprovação.
- H. Foram, assim, cumpridas todas as formalidades da fase de preparação do regulamento previstas legalmente, em especial a fase da participação, cumprida através de consulta pública, nos termos do artigo 101.º do CPA;
- I. De acordo com o disposto na alínea k), n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projetos de regulamentos externos do Município;
- J. Nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, cabe à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do Município;

Assim:

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Braga, nos termos da alínea k) do n.º 1, do artigo 33.º e da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação- bem como ao abrigo do disposto nas alíneas f) e h) do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual - **o Regulamento da Estrutura Municipal de Voluntariado, em anexo, que faz parte integrante da presente proposta**, verificados que estão todos os pressupostos da sua fase preparatória.

À superior consideração,

A Jurista,



**RELATÓRIO  
da  
CONSULTA PÚBLICA**

**e**

**REGULAMENTO DA ESTRUTURA MUNICIPAL DE VOLUNTARIADO**

**ÍNDICE:**

1. Proposta submissão Órgãos Autárquicos
2. Período de consulta pública
3. Locais de consulta e contributos recebidos
4. Apreciação dos contributos
5. Proposta da redação final do Regulamento da Estrutura Municipal De Voluntariado





## **2. DO PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA**

No decurso do processo de elaboração do Regulamento Estrutura Municipal De Voluntariado, foi promovida a necessária consulta pública do seu projeto, que se encontrava disponível para consulta em <https://www.cm-braga.pt/pt/0502/municipio/camara-municipal/apoio-ao-cidadao/avisos-e-anuncios>, pelo AV/2/2022, ou em Diário da República, 2.ª série, 22 de fevereiro, pelo Aviso n.º 3716/2022. O período de consulta pública findou a 6 de abril de 2022.

Concomitantemente, o projeto de regulamento foi submetido, via email, no dia 4 de fevereiro de 2022, à apreciação de várias entidades com atuação no Município de Braga, e que representam os interesses envolvidos na matéria em causa. A saber:

- Centro de Solidariedade da Imaculada Conceição
- Centro de Solidariedade da Sagrada Família
- Centro de Solidariedade de Braga - Projecto Homem
- Centro de Solidariedade Espírito Santo
- Centro Social da Paróquia de Adaúfe
- Centro Social da Paróquia de Celeirós
- Grupo de Voluntariado Dádiva - Centro Social da Paróquia de Ferreiros
- Centro Social da Paróquia de Gualtar
- Centro Social da Paróquia de Nogueira
- Santa Casa da Misericórdia de Braga
- Asilo de São José
- Associação Cultural e Recreativa de Cabreiros
- Associação de Solidariedade Social de S. Tiago de Fraião
- Associação Centro Social e Cultural de Ferreiros
- Associação da Creche de Braga
- Associação Famílias
- Associação Juvenil "A Bogalha"



- Associação Juvenil Jovens em Caminhada
- Associação de São José
- Associação Vicentina da Paróquia de S.Vicente
- Associação de Assistência de S. Vicente de Paulo da Freguesia da Sé-Braga
- Centro Paroquial de Assistência de São Victor
- Centro Cultural e Social de Santo Adrião
- Centro Paroquial de Fraternidade Cristã e de Solidariedade Social de S. Lázaro
- Centro Social Paroquial de Santa Eulália de Tenões
- Centro Social Padre David de Oliveira Martins
- Centro Social Paroquial de Santa Eulália de Crespos
- Centro Social da Paróquia de São Pedro de Lomar
- Centro Social Paroquial da Sobreposta
- Colégio de São Caetano
- Cáritas Arquidiocesana de Braga
- Fundação Stela e Oswaldo do Bonfim
- Instituto de Reabilitação e Integração Social-Iris
- Instituto Monsenhor Airosa
- Irmandade de Santa Cruz
- Lar D.Pedro V
- Patronato Nossa Senhora da Luz
- Patronato Nossa Senhora da Torre
- Patronato São Pedro Maximinos
- Associação de Apoio à Saúde Mental - O Salto
- Centro Comunitário de S. Martinho de Dume
- Associação de Solidariedade Social de Santa Maria de Lamações
- Centro Social Paroquial de Aveleda
- APPACDM de Braga - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental
- Associação de Defesa do Idoso e Crianças de Arentim



- Centro Social Paroquial de Esporões
- Associação de Solidariedade Social, Cultural e Recreativa Santa Maria de Braga
- Domus Fraternitas - Fundação de Solidariedade Social
- Centro Social Paroquial de Mire de Tibães
- Associação Cultural e Social de S. Pedro de Merelim
- Associação Comunitária de Apoio à Reabilitação de Braga - ACARE
- Centro Cultural e Social de S. Pedro de Lomar
- APCB - Associação de Paralisia Cerebral de Braga
- ANIMA UNA - Associação de Apoio Social
- Associação de Idosos do Centro Histórico de Braga
- Associação Casa do Areal
- Centro Comunitário de Desenvolvimento Social de Braga
- TEM - Associação Todos com a Esclerose Múltipla
- F.Social Desportivo e Cultural dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Braga e Empresas Municipais
- Centro de Convívio Para a Universidade de Minho do Autodidacta e da 3.<sup>a</sup> Idade
- Centro Social da Paróquia de Priscos
- ANÉIS - Associação Nacional para o Estudo e Intervenção na Sobredotação
- ADOLESCERE - Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente
- I.I.H.S.C.J. – Casa de Saúde do Bom Jesus
- COLORIR COOP - Cooperativa de Serviços e Solidariedade Social, CRL
- Coop21Especial-Cooperativa para Desenvolvimento Psicossocial Crianças com Necessidades Especiais, CRL
- Associação Bracarense Amigos dos Animais
- ReFood Braga 100%
- APAV - Gabinete de Apoio à Vítima de Braga
- LIONS Clube de Braga





- Banco Alimentar Contra a Fome de Braga - AREA - Associação de Recolha de Excedentes Alimentares
- Delegação de Braga da Liga Portuguesa Contra o Cancro - Núcleo Regional do Norte
- APD Braga | Associação Portuguesa de Deficientes
- Associação de Surdos de Braga
- Grupo 75 - Braga Associação dos Escoteiros de Portugal
- Associação Humanitária Domus (antiga Habitat)
- Associação Abraço - Centro de Rastreio Braga
- Associação Académica da Universidade do Minho
- AFUM - Associação dos Funcionários da Universidade Minho
- ACAPO – Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal - Braga
- Cerci Braga, , Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos com Incapacidades
- Leigos para o Desenvolvimento - Braga / Centro Académico de Braga
- ADOC - Associação de Ocupação Constante
- Cruz Vermelha Portuguesa
- Hospital de Braga
- Obra Social do Sagrado Coração de Maria
- Rede Europeia Anti-Pobreza - Núcleo Distrital de Braga
- Virar a Página / Associação YAY - Educação e Inclusão
- Centro Novais e Sousa
- Núcleo de Estudantes de Medicina da Universidade do Minho (NEMUM)
- Associação de Voluntariado Porta Nova
- Conexão Jovem - Associação Juvenil
- JovemCoop - Jovem Cooperante Natureza/Cultura
- Mundo Disponível - Associação
- Relógio Solidário Associação



- Amigos do Rio Este (AREA)
- Sociedade Portuguesa de Vida Selvagem (SPVS)
- Katavus - Associação Ambiental e Cultural da Zona do Vale do Cavado a Norte do Concelho de Braga
- ASPA - Associação Para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural
- Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA) - Braga
- Abandoned Pets
- Bragatos
- Saquetas de Rua
- Hospitalários de São Lázaro
- Associação AEFIL (acolhimento de refugiados no CLIB)
- Conferência Vicentina da Sé
- Oficina de São José
- Associação Social e Cultural de Sobreposta
- Lar Conde de Agrolongo

### **3. DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS**

Durante o período de consulta pública (apenas) foram rececionados os contributos do Banco Alimentar Contra a Fome de Braga, cuja exposição se encontra junta ao presente processo.

Foi ainda rececionado um email da APD Braga, demonstrando a concordância com a versão do regulamento proposta.



#### 4. DA APRECIÇÃO CONTRIBUTOS

Foram rececionados os contributos constantes do quadro infra:

Artigo	Sugestões do Banco Alimentar Contra a Fome de Braga	Comentário	Acolhido/Não acolhido
	<i>«Sugerimos substituir gratuidade por gratuidade»</i>	A Lei n.º 71/98, de 3 de novembro, que estabelece as Bases do enquadramento jurídico do voluntariado utiliza o termo "gratuidade", pelo que se entende que em sede regulamentar, deverá ter o mesmo acolhimento. Ademais, são expressões sinónimas.	X
Artigo 6.º n.º 2	<p>A Camara Municipal de Braga aceita o serviço de todos os voluntários sob condição de que tal serviço é da sua exclusiva responsabilidade, enquanto entidade promotora de voluntariado. <i>A Câmara Municipal de Braga pode a qualquer momento, por qualquer motivo, decidir terminar a relação de natureza voluntária com os voluntários ou efetuar alterações na sua missão de voluntariado.</i></p> <p>O voluntariado implica um acordo tácito de respeito e confiança. Por isso, alterações à "missão de voluntariado" devem ser negociadas e também não nos parece bem que se termine a relação "por qualquer motivo". Deve ser dada uma justificação/explicação e deve haver um motivo válido (que até pode ser a extinção da função). A CMB pode terminar uma relação de voluntariado de um voluntário que nos foi encaminhado?</p>	<p>Acolhido. A redação da norma foi revista, tendo sido aditado "por motivo devidamente justificado."</p> <p><i>(No que concerne à segunda parte do comentário, é de referir que este artigo diz respeito aos programas de voluntariado próprios da CMB).</i></p>	✓
Artigo 7.º n.º 1	a) Pode inscrever-se na BRAGA VOLUNTÁRIA <i>qualquer residente ou pessoa que</i>		





	<p>exerça uma atividade profissional ou educativa no Município de Braga e que manifeste particular motivação e interesse por desenvolver ações de voluntariado.</p> <p>Isto significa que desempregados e reformados estão, à partida, excluídos? significa também que uma pessoa de Guimarães não pode ser voluntária em Braga?</p>	<p>Sugestão acolhida e vertida no regulamento.</p>	✓
<p><b>Artigo 9.º</b> <b>n.º 2</b></p>	<p>2. A ficha de inscrição do voluntário candidato, os seus dados e a avaliação decorrente da entrevista ficam registados e guardados numa base de dados existente para o efeito.</p> <p>Deveriam especificar quem tem acesso a estes dados e como vai ser cumprido o RGPD.</p>	<p>Sugestão acolhida e vertida no regulamento, pelo aditamento do artigo 21.º</p>	✓
<p><b>Artigo</b> <b>13.º n.º 2</b></p>	<p>2. A organização promotora de voluntariado reserva-se o direito de não aceitar o voluntário encaminhado pela BRAGA VOLUNTÁRIA, sempre que considere que o mesmo não se adequa ao projeto a desenvolver, devendo dar conta desta decisão à BRAGA VOLUNTÁRIA.</p> <p>Sugerimos que a Braga Voluntária contactasse a organização com uma proposta e, em conjunto, "rastream" os voluntários. Até poderia haver uma entrevista em conjunto. Desta forma, o voluntário não teria que passar por várias entrevistas e vários "crivos".</p> <p>Caso o voluntário não respeite o contrato estabelecido ou desrespeite algum valor da organização, a organização poderá cessar o contrato. A ocorrer, esta situação, seria depois da pessoa estar lá a trabalhar.</p>	<p>O artigo 13.º faz referência à existência de uma reunião entre a organização promotora e o voluntário. Também o artigo 11.º n.º 2 refere que a seleção do voluntário é efetuada pela BRAGA VOLUNTÁRIA, com o apoio e concordância do da organização responsável pela atividade de voluntariado, pelo que se entende que a solução apontada já se encontra plasmada neste artigo.</p>	X
<p><b>Artigo</b> <b>20.º</b></p>	<p>Com vista à valorização do trabalho voluntário e de todas as atividades de voluntariado, será promovida a Comemoração do Dia da Gratidão, do Dia Internacional do Gestor de Voluntariado e do Dia do Voluntariado e dos Voluntários, onde se</p>	<p>O artigo foi reescrito. No entanto, deve salientar-se que o reconhecimento, de caráter informal, a todos os envolvidos em atividades de voluntariado, é</p>	✓



	<p>destacará o mérito de voluntários, organizações parceiras, e o tecido empresarial do Município envolvido em iniciativas de voluntariado e responsabilidade social.</p> <p>O reconhecimento deveria ser feito pela Entidade onde presta voluntariado e não será necessário tornar-se num acto público, sob pena de não serem distinguidos outros voluntários, com o mesmo mérito.</p>	<p>feito numa base diária, na forma como as relações entre as partes são estabelecidas, e com respeito pelos valores que norteiam a BRAGA VOLUNTÁRIA.</p>	
--	---	---	--

**LEGENDA:**

- ✓ - Contributo acolhido no regulamento
- X – Contributo não acolhido



## **REGULAMENTO DA ESTRUTURA MUNICIPAL DE VOLUNTARIADO**

### **BRAGA VOLUNTÁRIA**

#### **NOTA JUSTIFICATIVA**

A promoção de uma cultura de coesão comunitária capaz de contribuir para uma maior qualidade de vida, que reforce os valores da participação de todos os cidadãos nos mais diversos domínios de atividade, baseada nos valores da solidariedade e proximidade, reforçam a pertinência do voluntariado como impulso no desenvolvimento harmonioso da sociedade.

A Câmara Municipal de Braga, no âmbito das competências e atribuições que detém, designa a Estrutura Municipal de Voluntariado – BRAGA VOLUNTÁRIA, enquanto agente dinamizador da prática de voluntariado, criando as condições que permitam promover e apoiar o voluntariado.

Na promoção e organização do voluntariado, a BRAGA VOLUNTÁRIA usufruindo do conhecimento das características da comunidade, assume um papel relevante que se traduz numa maior eficiência na utilização dos recursos e na dinamização das vontades locais.

Os benefícios deste projeto facilmente se atestam, destacando-se, designadamente: a oportunidade dos cidadãos participarem ativamente na comunidade; a envolvimento e criação de sinergias entre os agentes e atores locais; a diminuição das desigualdades sociais e a procura efetiva de uma sociedade mais justa; o contributo para o bem-estar físico, social, emocional e psicológico da população bracarense; a aquisição e desenvolvimento de competências informais e não formais; o reforço do sentimento de pertença e segurança; o empoderamento de grupos vulneráveis; o aumento da realização pessoal e autoestima dos cidadãos; a melhoria da capacidade de comunicação e das relações interpessoais, e a resposta conjunta aos desafios da comunidade.

Nos termos do artigo 99.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, a nota justificativa da proposta de regulamento deve ser acompanhada por uma ponderação de custos e benefícios das medidas projetadas. Dando cumprimento a esta exigência, refira-se que os custos inerentes à execução das medidas

previstas neste regulamento são claramente superados pelos benefícios que proporcionam à população, motivo pelo qual se deve considerar como proveitoso, para este Município, a sua aprovação e concretização. Na verdade, por ponderação dos custos e benefícios, a BRAGA VOLUNTÁRIA comporta elevados benefícios que sempre se superiorizarão ao investimento assumido pelo Município neste âmbito.

É parte da visão do Município de Braga ser reconhecido pelo trabalho de excelência desenvolvido no âmbito do voluntariado, passando da teoria à prática no terreno, dando o exemplo e servindo de inspiração para as demais entidades.

Neste sentido, considerou-se necessária a elaboração de um regulamento que visasse a orientação da intervenção da Estrutura, tendo em conta o respeito pela legislação em vigor na área do voluntariado, designadamente a Lei n.º 71/98, de 3 de novembro e o Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de setembro, ambos na sua redação atual.

*O projeto deste Regulamento foi submetido a consulta pública, para recolha de sugestões, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), através de publicação no Diário da República, pelo Aviso n.º 3716 de 22 de fevereiro de 2022, e na Internet, no sítio institucional do Município, tendo sido rececionados e analisados os contributos prestados pelo Banco Alimentar contra a Fome de Braga - alguns deles vertidos no texto do regulamento. De acordo com o preceituado na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projetos de regulamentos externos do município. Assim:*

*A Assembleia Municipal de Braga, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo do preceituado na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aprova o seguinte Regulamento:*



## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Artigo 1.º**

##### **Âmbito**

1. A Estrutura Municipal de Voluntariado de Braga, adiante designada por BRAGA VOLUNTÁRIA, tem como entidade promotora a Câmara Municipal de Braga, sendo objeto do presente regulamento a definição das responsabilidades assumidas pelas partes envolvidas no processo de voluntariado.
2. A BRAGA VOLUNTÁRIA é uma estrutura de proximidade, de âmbito concelhio, de promoção e desenvolvimento do voluntariado, em cooperação com as organizações promotoras de ações de voluntariado e que interage com os diferentes atores e agentes locais, disponibilizando informação, formação e apoios diversos às organizações e voluntários.

#### **Artigo 2.º**

##### **Objetivos**

Constituem objetivos da BRAGA VOLUNTÁRIA:

- a) A criação de um modelo de funcionamento que promova e operacionalize programas de voluntariado de impacto no Município de Braga;
- b) A promoção da divulgação dos projetos de voluntariado através de informação direta ao público em geral ou de outros canais de comunicação por si usados, que considere adequados;
- c) A capacitação dos agentes de voluntariado com os recursos e ferramentas necessárias para um voluntariado de impacto na comunidade;
- d) A envolvência dos agentes de voluntariado nos processos de tomada de decisão e inclusão das suas propostas e contributos na dinamização do voluntariado;
- e) A valorização, promoção e incentivo da prática do voluntariado, bem como dar a conhecer as boas práticas estabelecidas;
- f) Assegurar o atendimento ao público em geral, voluntários e organizações promotoras de voluntariado com base na criação de uma relação de confiança, reciprocidade e proximidade;
- g) A contribuição para o aprofundamento do conhecimento do voluntariado.

### **Artigo 3.º**

#### **Entidade Promotora**

A entidade promotora da Estrutura Municipal de Voluntariado – BRAGA VOLUNTÁRIA é a Câmara Municipal de Braga.

## **CAPÍTULO II VOLUNTARIADO**

### **Artigo 4.º**

#### **Definição de voluntariado e de voluntário**

1. Por voluntariado entende-se o conjunto de ações de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvidas sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas.
2. Por voluntário entende-se o indivíduo que, de forma livre, desinteressada e responsável, se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar ações de voluntariado no âmbito de uma organização promotora.
3. A qualidade de voluntário não pode, de qualquer forma, decorrer de relação de trabalho subordinado ou autónomo ou de qualquer relação de conteúdo patrimonial com a organização promotora, sem prejuízo de regimes especiais constantes na lei.

### **Artigo 5.º**

#### **Princípios enquadramentos de voluntariado**

O voluntariado obedece aos princípios da solidariedade, da participação, da cooperação, da complementaridade, da gratuidade, da responsabilidade e da convergência.

### **CAPÍTULO III**

### **ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO**

#### **Artigo 6.º**

##### **Programa de Voluntariado da Câmara Municipal de Braga**

1. A Câmara Municipal de Braga, enquanto entidade promotora da BRAGA VOLUNTÁRIA, assume-se também como entidade promotora de programas de voluntariado nas suas diversas estruturas orgânicas, e que aceita e encoraja o envolvimento de voluntários em programas e atividades específicos, por si concebidos.
2. A Câmara Municipal de Braga aceita o serviço de todos os voluntários sob condição de que tal serviço é da sua exclusiva responsabilidade, enquanto entidade promotora de voluntariado. A Câmara Municipal de Braga pode a qualquer momento, por motivo devidamente justificado, decidir terminar a relação de natureza voluntária com os voluntários ou efetuar alterações na sua missão de voluntariado.
3. A BRAGA VOLUNTÁRIA centraliza o apoio à gestão dos programas de voluntariado e à coordenação dos voluntários, sustenta a responsabilidade principal do recrutamento de voluntários adequados e acompanha e avalia a sua contribuição para os programas municipais.
4. Toda a estrutura municipal é encorajada a ajudar na criação e implementação de projetos de voluntariado e no recrutamento de voluntários da comunidade.
5. O programa de voluntariado da Câmara Municipal de Braga segue uma política própria, expressa em manual de gestão de voluntariado, de âmbito interno.
6. O voluntário da BRAGA VOLUNTÁRIA é qualquer pessoa que realiza uma ou várias tarefas enquadradas num programa de voluntariado. O voluntário deve estar inscrito e ser aceite oficialmente em momento anterior ao desempenho das suas tarefas.
7. Anualmente será deliberada pela Câmara Municipal uma verba que visa a integração de voluntários em cada projeto de voluntariado a realizar.



## **Artigo 7.º**

### **Destinatários**

1. Voluntários:
  - a) Pode inscrever-se na BRAGA VOLUNTÁRIA qualquer pessoa que manifeste particular motivação e interesse por desenvolver ações de voluntariado.
  - b) Quando menor de 18 anos, o encarregado de educação do voluntário deve autorizar, por escrito, a participação na atividade, devendo também constar da declaração o respetivo programa de voluntariado.
2. Organizações: Podem ser parceiras da BRAGA VOLUNTÁRIA todas as organizações sediadas no Município de Braga e todas as que tenham atuação ou desenvolvam atividade no Município, que enquanto entidades de direito público ou privado reúnam condições para integrar voluntários.
3. Entidades Privadas: Podem ainda usufruir de apoio e formação da BRAGA VOLUNTÁRIA todas as empresas legalmente constituídas, sediadas no Município de Braga e todas as que tenham atuação ou desenvolvam atividade no Município, que pretendam, conscientemente, criar uma estratégia de responsabilidade social integrada, elaborando ações, apoios ou incentivos que visem envolver os colaboradores no âmbito de atividades de voluntariado junto da comunidade.

## **Artigo 8.º**

### **Inscrições**

1. Em caso de interesse na participação nos programas de voluntariado, os destinatários mencionados no n.º 1 do artigo anterior, devem aceder ao sítio da Internet, [www.cm-braga.pt](http://www.cm-braga.pt) ou dirigir-se ao Balcão Único do Município de Braga e preencher a respetiva ficha de inscrição.
2. A BRAGA VOLUNTÁRIA encontra-se disponível para receber e reunir com as organizações promotoras de voluntariado e as entidades privadas, no sentido de criar mecanismos de colaboração que vão ao encontro das necessidades e expectativas das partes envolvidas.
3. Para os efeitos do disposto no número anterior, entre o Município e o Estado, organizações ou entidades privadas, podem ser celebrados acordos de cooperação.

## **Artigo 9.º**

### **Análise das candidaturas e entrevista**

1. Após receção das candidaturas, as mesmas serão analisadas pela BRAGA VOLUNTÁRIA e o candidato será convocado para uma entrevista que servirá como momento de avaliação inicial.
2. A ficha de inscrição do voluntário-candidato, os seus dados e a avaliação decorrente da entrevista ficam registados e guardados numa base de dados existente para o efeito.
3. Todos os voluntários que cumpram os requisitos iniciais de inscrição são integrados na bolsa de voluntariado, à qual se recorre quando necessário.

## **Artigo 10.º**

### **Casos Específicos**

1. Sempre que a natureza da ação assim o justifique, podem ser solicitados aos voluntários outros elementos, designadamente:
  - a) Certificado de registo criminal;
  - b) Certificado de aptidão física, nos casos em que se exijam requisitos físicos necessários ao desempenho da tarefa, atestando que o voluntário pode realizar a ação;
  - c) Declaração médica, a qualquer potencial voluntário que indique estar sob cuidado de um médico para tratamento físico ou psicológico, atestando a sua aptidão para desempenhar satisfatoriamente e, de forma segura, os seus deveres de voluntário.
2. A falta de entrega dos elementos solicitados, impedirá o voluntário de participar no programa de voluntariado.

## **Artigo 11.º**

### **Seleção e encaminhamento**

1. Quando necessário, a BRAGA VOLUNTÁRIA, com base nos elementos de que dispõe, procederá à seleção dos voluntários que considere mais adequados aos perfis de função disponíveis no momento, definidos para as atividades de voluntariado promovidas, podendo o voluntário, com a sua concordância, integrar programas de voluntariado da Câmara Municipal de Braga ou de outras organizações.

2. A seleção do voluntário é efetuada pela BRAGA VOLUNTÁRIA, com o apoio e concordância do serviço municipal ou organização responsável pela atividade de voluntariado.
3. A BRAGA VOLUNTÁRIA procederá ao encaminhamento dos voluntários selecionados para o projeto de voluntariado que melhor corresponda às competências e preferências evidenciadas pelo candidato.
4. A organização promotora de voluntariado reserva-se o direito de não aceitar o voluntário encaminhado pela BRAGA VOLUNTÁRIA, sempre que considere que o mesmo não se adequa ao projeto a desenvolver, devendo dar conta desta decisão à BRAGA VOLUNTÁRIA.

## **Artigo 12.º**

### **Notificação de admissão**

A atividade voluntária deve ser iniciada com uma notificação emitida pela BRAGA VOLUNTÁRIA, de admissão do voluntário, pelos meios que vierem a ser definidos.

## **Artigo 13.º**

### **Sensibilização das partes**

1. Em momento prévio ao início da atividade voluntária, a BRAGA VOLUNTÁRIA deverá promover uma reunião entre as partes (voluntário e organização promotora de voluntariado) com o objetivo de sensibilizar ambos para as questões mais relevantes, apresentando designadamente:
  - a) O programa de voluntariado;
  - b) Plano de formação e capacitação;
  - c) Seguro obrigatório;
  - d) Certificação do trabalho voluntário.

## **Artigo 14.º**

### **Acompanhamento e avaliação**

Com a periodicidade que vier a ser acordada entre a BRAGA VOLUNTÁRIA e a organização promotora de voluntariado, ou entre a BRAGA VOLUNTÁRIA e serviço municipal com programa





de voluntariado, deverá ser feita uma avaliação geral de satisfação das atividades de voluntariado e trabalho desenvolvido.

### **Artigo 15.º**

#### **Suspensão, cessação e dispensa do trabalho voluntário**

1. O voluntário que pretenda interromper ou cessar o trabalho voluntário deve informar a organização promotora ou a BRAGA VOLUNTÁRIA, com a maior antecedência que lhe seja possível.
2. A BRAGA VOLUNTÁRIA ou a organização promotora pode determinar a suspensão ou cessação da colaboração do voluntário no caso de incumprimento e/ou desadequação das tarefas efetuadas, da falta de assiduidade e pontualidade.

## **CAPÍTULO VI**

### **DIREITOS E DEVERES**

### **Artigo 16.º**

#### **Competências da BRAGA VOLUNTÁRIA**

1. À BRAGA VOLUNTÁRIA compete:
  - a) Promover o encontro entre a oferta e a procura de voluntariado;
  - b) Conceber, implementar e divulgar projetos de voluntariado;
  - c) Sensibilizar a comunidade, envolvendo os diferentes agentes locais e disponibilizar informações sobre voluntariado;
  - d) Receber as inscrições de pessoas interessadas e realizar entrevistas de avaliação;
  - e) Encaminhar, quando possível, os voluntários para as ações de voluntariado mais adequadas ao seu perfil;
  - f) Acompanhar a integração dos voluntários nos programas de voluntariado;
  - g) Prestar o apoio necessário às organizações promotoras na elaboração de projetos de voluntariado;
  - h) Implementar programas de capacitação e formação;

- i) Disponibilizar às organizações modelos-base das fichas de assiduidade e pontualidade, de avaliação do voluntário, bem como todos os documentos e registos que se venham a considerar pertinentes de serem implementados;
- j) Avaliar os resultados e o impacto das atividades de voluntariado desenvolvidas;
- k) Recolher e compilar informação estatística sobre a caracterização do voluntariado na cidade;
- l) Assegurar a proteção de dados pessoais e informações que lhe sejam fornecidos.

### **Artigo 17.º**

#### **Deveres das entidades promotoras de voluntariado**

- 1. A Câmara Municipal de Braga e as organizações promotoras de voluntariado, devem:
  - a) Nomear um responsável do serviço ou organização que acompanhe os voluntários durante o período de voluntariado;
  - b) Facilitar a integração e participação de todos os voluntários;
  - c) Elaborar e estabelecer com o voluntário um programa de voluntariado, subscrito pelas partes, que defina a natureza, duração e periodicidade da atividade voluntária a desenvolver;
  - d) Emitir o cartão de identificação do voluntário;
  - e) Garantir formação geral e específica sobre a missão e valores da organização e o programa de voluntariado, bem como sobre as funções a desempenhar;
  - f) Assegurar os encargos com a apólice do seguro obrigatório para os voluntários nos termos da alínea g) do art.º 9º da Lei 71/98, de 3 de novembro conjugado com o art.º 16º do Decreto-Lei 389/99, de 30 de setembro;
  - g) Proceder à certificação do trabalho voluntário aquando da cessação da atividade ou quando solicitado pelo interessado;
  - h) Cumprir os demais deveres legalmente previstos.



## **Artigo 18.º**

### **Direitos dos voluntários**

1. Constituem direitos dos voluntários:
  - a) O acesso a programas de formação inicial e contínua, tendo em vista o aperfeiçoamento do seu trabalho voluntário;
  - b) Dispor de um cartão de identificação de voluntário;
  - c) Exercer o seu trabalho voluntário em condições de higiene e segurança;
  - d) Estabelecer com a entidade que colabora, um programa de voluntariado, que regule as suas relações mútuas, bem como o conteúdo, natureza e duração do trabalho voluntário que vai realizar;
  - e) Ser ouvido na preparação das decisões da organização promotora que afetem o desenvolvimento do trabalho voluntário;
  - f) Ser reconhecido pelo trabalho voluntário que desenvolve com acreditação e certificação;
  - g) Gozar dos demais direitos legalmente previstos.

## **Artigo 19.º**

### **Deveres dos voluntários**

1. Constituem deveres dos voluntários:
  - a) Respeitar a vida privada dos beneficiários das ações de voluntariado e a dignidade da pessoa, guardando sigilo sobre todos assuntos que tomem conhecimento no exercício do voluntariado;
  - b) Conhecer e respeitar o funcionamento da organização, bem como as normas dos respetivos programas e projetos;
  - c) Atuar de forma comprometida, responsável e solidária;
  - d) Participar nos programas de formação para um melhor desenvolvimento do seu trabalho voluntário;
  - e) Respeitar a dignidade e liberdade dos outros voluntários, reconhecendo-os como pares e valorizando o seu trabalho;
  - f) Colaborar com os profissionais da organização promotora, respeitando as suas opções e seguindo as suas orientações técnicas;

- g) Informar os respetivos responsáveis de questões imprevistas que ocorram durante as ações de voluntariado, aguardando pelas orientações dos mesmos para a sua resolução;
- h) Zelar pela boa utilização dos bens e meios colocados ao seu dispor;
- i) Utilizar devidamente a identificação como voluntário no exercício da sua atividade;
- j) Não assumir o papel de representante da organização promotora sem o conhecimento e prévia autorização desta;
- k) Garantir a regularidade do exercício do trabalho voluntário de acordo com o programa acordado com a entidade promotora;
- l) Informar a entidade promotora com a maior antecedência possível sempre que pretenda interromper ou cessar o trabalho voluntário, assim como a justificação das faltas.

#### **Artigo 20.º**

##### **Reconhecimento do voluntariado e dos voluntários**

Poderão ser promovidas iniciativas como a Comemoração do Dia da Gratidão, do Dia Internacional do Gestor de Voluntariado e do Dia do Voluntariado e dos Voluntários, com vista à valorização do trabalho voluntário, de todas as atividades de voluntariado e do mérito de voluntários, das organizações parceiras e do tecido empresarial envolvidos.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Artigo 21.º**

##### **Alterações ao regulamento**

Todos os dados recolhidos e tratados ao abrigo do presente regulamento obedecerão ao disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados e demais legislação aplicável.

### **Artigo 22.º**

#### **Alterações ao regulamento**

Este regulamento poderá sofrer, a todo o tempo e nos termos legais, as alterações consideradas necessárias.

### **Artigo 23.º**

#### **Interpretação e integração de lacunas**

As lacunas e as dúvidas que se suscitarem na interpretação das disposições do presente Regulamento serão resolvidas pelo Presidente da Câmara Municipal ou pelo Vereador com competência delegada na matéria.

### **Artigo 24.º**

#### **Entrada em vigor**

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação em Diário da República.

Aprovado em reunião de Executivo Municipal de	Aprovado em sessão da Assembleia Municipal de
--	--

Publicado em Diário da República a _____
---